

Andima não apóia a desindexação parcial

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, disse ontem, no Rio, que o setor financeiro não está interessado em uma possível desindexação da economia de forma incompleta, na medida em que a parte externa continuará obedecendo o sistema de índices estabelecidos pela correção cambial.

Após ressaltar que a proposta atribuída ao Fundo Monetário Internacional de desindexação da economia brasileira está incompleta, Brandão deixou claro que a adoção dessa medida representará uma vez mais que na 5ª carta de intenções ficou estabelecido que a correção monetária seria igual à inflação calculada pelo Índice Geral de Preços (IGP).

Segundo Brandão, que também foi o primeiro presidente do Banco Central no governo Figueiredo, todos os problemas brasileiros terão solução partindo da forma como será renegociada a dívida externa. Acrescentou que se o governo resolvesse desindexar apenas a parte interna da economia, deixando de lado a dívida externa, ficaria impossibilitado de encontrar uma solução para esse problema.

E explicou porque: a dívida externa em junho de 1984 era de US\$ 91,1 bilhões, o equivalente a Cr\$ 157,5 trilhões da época, enquanto que a soma de todos os haveres financeiros existentes no País correspondiam a Cr\$ 121 trilhões. Dessa forma, uma desindexação parcial levaria o Brasil a manter sua dívida externa corrigida, o mesmo

acontecendo com os mecanismos que possibilitam a geração de cruzeros para pagamento dessa dívida.

Mas, para Brandão, muito mais importante do que desindexar a economia é a necessidade de fortalecer-se os mecanismos que estimulam o crescimento da poupança interna, que atualmente representa algo em torno de 12% do Produto Nacional Bruto, contra 31% em 1974. Ao nível de governo federal, acrescentou, a situação ainda é mais crítica, pois a poupança representa apenas 0,4% do PNB, "e esses índices são os menores nos últimos 20 anos".

Na opinião do presidente da Andima, "não vamos aceitar propostas simplistas como a de que a desindexação reduzirá a inflação, pois só com a queda dessa é que aquela deixará de existir". E para Brandão o quadro atual é pouco propício para a reversão do processo inflacionário, principalmente devido ao acúmulo de reservas cambiais, provocado pelos superávits na balança comercial, que estão estourando as metas monetárias de controle do dinheiro e de emissão.

O presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamento (Adecif), Germano Lyra, também mostrou-se contrário à proposta dos técnicos do FMI, ressaltando que sua opinião referia-se apenas às sugestões defendidas pelo ex-ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, segundo o qual ela tem muito mais contradições do que vantagens, impedindo o crescimento de todo o processo produtivo e social, pois tudo que se paga, recebe ou deve neste País está indexado.